CEI NEEMIA JATAÍ TELES		
EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, DESAFIOS E		
POSSIBILIDADES.		
Quixadá, Ce		
2024		



Bruna Pereira de Freitas Daniella Alves da Silva Jessica Gabrielle de Lima Silva

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

Relatório apresentado à 8ª FEMIC - Feira Mineira de Iniciação Científica.



RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvimento mediante observações em loco, no Centro de Educação Infantil Neemia Jataí Teles, uma escola da rede pública do Município de Quixadá-Ceará, unidade de ensino que vem apresentando cada vez mais uma crescente demanda de matrículas de crianças com necessidades especiais, cuja realidade das salas apresentam de 4 a 5 educandos laudados, desde o autismo de graus I e II, autismo seguido de TDAH a demência mental. Partindo dessa premissa nos propusemos a verificar os avanços da inclusão na educação infantil, observar quais são os principais empecilhos, analisar de que forma está ocorrendo a inclusão na educação infantil e compreender que avanços e desafios estão presentes na inclusão de crianças com deficiências. Para tanto, precisamos nos aprofundar nos suportes legais que amparam essas crianças, tais como: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei N.º 13.146 de 2015, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.393/96. Nos utilizamos também de um questionário estruturado subjetivo realizado com profissionais que atuam na referida instituição escolar, a fim de conhecer quais suas principais dificuldades, o principal fator identificado foi a quantidade de crianças diagnosticadas presentes em cada sala de aula, que mesmo com a presença de uma profissional de apoio para aquelas crianças de grau mais severo, não minimizam as dificuldades cotidianas sejam por questões comportamentais ou de dificuldades de aprendizagens por parte das crianças e aqui se aplicam as laudas e não laudas. A falta de conhecimento mais aprofundado acerca da realidade de cada dificuldade apresentada também se constitui como fator que dificulta as ações em sala de aula, bem como o pouco material pedagógico existente que pudesse dar auxílio às ações pedagógicas dentro das vivências escolares. Podemos concluir que, apesar de a educação especial estar caminhando, a mesma ainda precisa de muita intervenção e reflexão, a fim de potencializar o trabalho educacional, visando um maior aproveitamento e aprofundamento por parte das crianças das vivências por elas apreciadas.

Palavras-chave: Educação infantil inclusiva; Educação especial; Educação Infantil especial.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA	6
3 OBJETIVO GERAL	7
4 METODOLOGIA	8
5 RESULTADOS OBTIDOS	g
6 CONCLUSÕES OU CONSEIDERAÇÕES FINAIS	10
REFERÊNCIAS	11



1 INTRODUÇÃO

A inserção de crianças com diversos tipos de deficiências e necessidades diversas no campo educacional nas chamadas salas de aula regular é uma realidade crescente no nosso campo de atuação, essas crianças muitas vezes são estereotipadas como indivíduos que têm dificuldades de aprendizagem, contudo a realidade não se mostra totalmente desta forma, muitas têm capacidades cognitivas bem elevadas e apresentam comportamentos tranquilos. Diante da diversidade de transtornos existentes, dos comportamentos apresentados que demandam uma atenção específica para cada especificidade, precisamos nos aprofundar de que forma essa questão vem sendo trabalhada, visto que em seu artigo 1º, a lei N. º 13.146 de 2015 foi promulgada para assegurar e promover em condições de igualdade os direitos das pessoas com deficiência. Por outro lado, temos os profissionais de sala de aula e toda sua demanda escolar permeada de desafios e diferentes educandos com suas peculiaridades e dificuldades educacionais. De que forma a educação especial é ou foi injetada nas salas regulares, como foi e como está sendo trabalhada essa questão, para além dos direitos que determinadas crianças possuem por terem um profissional de apoio escolar. Para tanto, precisamos ter ciência da definição do nosso objeto de estudo, a lei supracitada em seu artigo 2º nos esclarece que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

BRASIL (2024)

Partindo da referida lei, nos propusemos a verificar em loco como veio e vem ocorrendo esse processo de inclusão, uma vez que não é o suficiente garantir vagas, permanência e continuidade de acesso, mas há o desafio da aprendizagem do educando, a efetivação do seu direito de aprender.



No âmbito da educação infantil as interações e brincadeiras são eixos norteadores das práticas pedagógicas, os professores precisam conduzir de forma que todas as crianças sejam devidamente contemplada, por vezes nos deparamos com comportamentos bem adversos como irritabilidades, agressividade em excesso, antipatia pelas vivências e também pelos colegas, esses e outros comportamento precisam ser observados e analisados com cuidado pelos professores, a fim de não causa pre julgamentos.

Contudo o estamos percebendo no contexto educacional é um grande aumento de crianças com necessidades especiais o que tem nos deixado mais



3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

• Verificar os avanços da inclusão na educação infantil.

3.2 Objetivos específicos

- Observar quais são os principais empecilhos.
- Analisar de que forma está ocorrendo a inclusão na educação infantil.
- Compreender que avanços e desafios estão presentes na inclusão de crianças com deficiências

4 METODOLOGIA



Para a realização do presente trabalho se fez necessário estudos de caráter bibliográficos a fim de conhecer as bases legais que a norteiam, tais como: O estatuto da pessoa com deficiência, a lei N. º 13.146 de 2015, a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208, inciso III onde diz que o atendimento a esse público deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) de Nº 9.393/96, o Capítulo V, art. 58º vem reafirmando esse posicionamento.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar **oferecida preferencialmente na rede regular de ensino**, (grifo nosso), para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. BRASIL (2024a)

Outro suporte bibliográfico foi a resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB N.º 2 de 2001, que em seu artigo 8º, inciso III veio determinando que deveriam flexibilizar o currículo educacional para essa demanda de alunos.

A fim de nos elucidamos mais sobre os fatos, foram realizadas observações em loco, em nosso ambiente de trabalho o CEI Neemia Jataí Teles, uma instituição pública municipal, no município de Quixadá-ce, aplicamos um questionário estruturado para respostas subjetivas, com profissionais que atuam na referida instituição, a fim de nos aprofundamos mais sobre suas principais dificuldades com a inclusão escolar.

5 RESULTADOS OBTIDOS

A educação infantil constitui a primeira etapa da educação básica na formação do indivíduo, a mesma é permeada por diversos desafios como a linguagem, o estado emocional, a coordenação motora, o processo de adaptação das crianças, dentro dessa



realidade está incorporada também a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais, que na atualidade constituem mais um desafio dentro da rotina diária, e de suas vivências propostas.

Dentro da realidade do CEI Neemia Jataí Teles, que atende crianças de 2 a 5 anos, de idade é importante ressaltar que nem todas as crianças com algum tipo de laudo possuem dificuldades de aprendizagem, algumas são bastante espertas e organizadas. No entanto, na grande maioria o que percebemos são problemas comportamentais, esses sim representam um grande desafio dentro da rotina escolar, tentar compreender o deixa a criança irritada, ou o que ocorreu antes para desencadear aquela reação, pode ajudar no processo de adaptação da criança, ou até mesmo para tentar acalmá-lo.

Atualmente a unidade escolar mencionada acima consta com 288 educandos, dentro desse quadro 40 são crianças com necessidades atípicas, a maioria autistas de nível I e II, autismos acompanhados de TDAH e 1 criança com deficiência mental, muitas dessas crianças só foram diagnosticas após observação da professora em sala de aula, as famílias ou não possuíam conhecimento sobre, ou não queriam aceitar, fato esse que prejudicava um diagnóstico profissional, já que esse depende da vontade da família em está conduzindo a criança bem como comparecimento nas consultas diagnósticas marcadas. Há também as crianças que já chegam a unidade escolar com seus laudos em mãos, o que facilita bastante para que se possa solicitar um profissional de apoio escolar para a criança, desde que a mesma se enquadre dentro do perfil, que conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu capítulo I, inciso XIII, "profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária (...)" BRASIL (2024).

Em entrevista realidade com profissionais da referida instituição escolar, buscamos de forma bastante sucinta identificar seus desafios dentro da atual realidade escolar. São educandas com tempo de 4 a 26 anos de atuação escolar da rede de ensino pública municipal, das turmas de 2 a 5 anos. Umas das perguntas se referia a existência de crianças com algum tipo de necessidade especial e qual seria, das entrevistas todas possuem em suas salas crianças com algum CID - Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, que vão do autismo e autismo com TDAH, por turma variam de 4 a 5 crianças com laudo. Com relação à dificuldade em se trabalhar com essas especificidades, as respostas variam desde a dificuldade em se relacionar com as famílias, a interação dessas crianças com as turmas e nas realizações das vivências propostas, falta de suporte pedagógico desde material a pessoal, esse último devido à alta demanda de crianças incluídas o que acarreta uma necessidade de mais suporte humano.

Por fim, a última questão indagava sobre os suportes já disponibilizados pela escola e se era considerado suficiente. As repostas foram: "A escola disponibiliza cuidadores, mas não é suficiente. Porque faltam recursos adequados para atender às necessidades específicas dos alunos" professora 1, "Sala de AEE. Não é suficiente, porque a demanda é grande, não dá para atender a todos" professora 2, "Não. Mas estamos melhorando a cada dia." Professora 3, "Cuidadores, formação. Não é suficiente. São poucos cuidadores para o número de crianças especiais e falta de formação para os mesmos" professora 4. Partindo desses relatos, podemos constatar que a lei vem sendo respeitada, garantida, efetivada, no entanto, ela enfrenta diversos desafios, dentre eles um conhecimento mais aprofundado sobre cada especificidade existente. A demanda apresentada na unidade escolar é crescente e se faz necessário suporte não apenas pedagógicos como jogos e atividades diferenciadas como também o suporte humano,



redes de apoio escolar, como psicólogos, psicopedagogos, terapeutas, fonoaudiólogo já que muitas crianças apresentam dificuldades na fala e esse é um fator que prejudica sua aprendizagem escolar.

6 CONCLUSÕES OU CONSEIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a educação infantil a porta de entrada da criança no ensino escolar e também na vida social de forma mais ampla, pois será ali que a mesma irá se deparar com uma diversidade de outras personalidades, onde seus desejos e vontades não serão mais prioridades, mas constituirá uma demanda a mais no universo escolar, e também será um ambiente onde serão apreendidas regras de convívio escolar e social, nesse último o desafio é bem mais amplo uma vez que o infante sai da sua zona de conforto para lidar com as necessidades de um grupo bem mais vasto.

Nesse sentido, faz-se necessário aprender a conviver e respeitar as diversidades, bem como aprender a conviver com as necessidades de suporte ou não de outros grupos, tais como as pessoas com necessidades especiais.

Mediante nossas observações diárias, podemos ver que há avanços no que diz respeito ao acesso e permanência na unidade escolar, suas dificuldades estão sendo observadas, elas estão sendo conduzidas a especialistas, muitas já se encontram em tratamento e fazem uso de medicamentos. Contudo, as diferenças nas personalidades, as alterações de humor, as necessidades de imediatismos e pode-se dizer também que a criação familiar, acabam por influenciar as ações da criança na instituição escolar, o que gera conflitos entre as crianças e consequentemente percas educacionais, a criança fica introvertida ou muito agitada.

Outra situação que vem sendo identificada como fator que dificulta ação pedagógica é a quantidade de crianças diagnosticadas que vem sendo inseridas na sala de aula regular, visto que, mesmo as crianças possuindo o mesmo CID, mas existem os graus de dificuldades de aprendizagem ou agressividade, há também aquelas com diagnóstico de autismo seguido de TDAH, o que no CEI Neemia Jatai Teles chega a ser maioria dos alunos com laudos. As crianças com grau mais severo possuem um profissional de apoio escolar, o que não minimiza as adversidades enfrentadas, desde questões comportamentais até as dificuldades de aprendizagem, se torna cada vez mais complexo lecionar uma vez que os educandos não são mais classificados em 2 categorias, as crianças em andamento de aprendizagem satisfatória e pouco satisfatória, o que se presencia são no mínimo 3 a 4 categorias que precisam ser, planejadas ações, trabalhadas, avaliadas e feitas intervenções numa realidade onde muitas vezes os profissionais não conseguem sequer executar o plano do dia, devido as diferentes questões cotidianas e muitas vezes corriqueiras.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e0 3ca915a93011eca55b7de3600188ab acessado em 02 de agosto de 2024

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm acessado em 02 de agosto de 2024a

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasi**l. Brasília DF. Senado 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado em 02 de agosto de 2024b

BRASIL, Conselho Nacional da Educação. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf acessado em 02 de agosto de 2024c

APÊNDICE 1 OU ANEXO 1

De acordo com a norma NBR 14724 de dezembro de 2011, a diferença crucial entre Anexo e Apêndice é que o Anexo é um texto ou documento não elaborado pelo autor do



Trabalho pode ser Artigo, TCC, Monografía, Tese, etc. Já o Apêndice é um texto ou documento elaborado pelo autor. Assim, finalize seu relatório inserindo anexos e/ou apêndices do trabalho desenvolvido. Ressaltamos que não são todas as pesquisas que possuem apêndices ou anexos.